



Cicimino Gallo

Carlos Nicodemos (E), do Conanda, e o senador Cristovam Buarque

## Conselhos tutelares sofrem com a falta de estrutura

O relato dos membros dos conselhos tutelares sobre a caótica situação da absoluta maioria desses colegiados em todo o país deixou indignados os senadores, durante deba-

te na Comissão de Direitos Humanos. Eles defendem o fortalecimento e a valorização dos conselhos como forma de assegurar a devida proteção às crianças e aos adolescentes. **7**

## Projeto de lei inibe tráfico de órgãos

O Plenário vai analisar proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais que determina nomeação de perito e audiência para esclarecer dúvidas de casos que dependam de decisão judicial. Relator do projeto, Mão Santa retirou a obrigatoriedade de laudo médico por acreditar que a medida não afasta ilegalidades. **3**

## Plano para esterilizar cães e gatos

A CAS aprovou projeto que cria um plano nacional de esterilização de cães e gatos, como forma de controlar a reprodução desses animais e combater o surgimento de casos de raiva, inclusive entre seres humanos. Os locais de menor renda, com superpopulação ou registro de epidemias, terão prioridade. **3**

## Senado faz campanha para seis meses de licença-maternidade

Movimento nacional será lançado amanhã, às 11h, com a participação de empresários, trabalhadores e parlamentares

A campanha para incentivar a adesão da iniciativa privada tem como *slogan* “Licença-maternidade de seis meses: agora é a vez da empresa”. A solenidade deverá contar com a presença do presidente do Senado, José Sarney, e dos autores do projeto: Patrícia Saboya e a Sociedade Brasileira de Pediatria, representada por seu presidente, Dioclécio Campos Júnior. A campanha terá suporte de vídeo, cartazes e pôster. **2**



Antoninho Perri/Ascom/Unicamp

Maternidade em Campinas (SP): licença de seis meses é importante para o bem-estar das crianças e das trabalhadoras, diz senadora

## Novo fundo pode incentivar o setor de telecomunicações **4**

## Lista telefônica deverá ter Código do Consumidor **4**

## Emenda amplia recursos do pré-sal para educação e saúde **6**

## CCJ estuda volta de gratificação para juízes e MP

A CCJ decidiu criar um grupo de trabalho para melhor analisar a proposta de emenda constitucional que restabelece o adicional por tempo de serviço para juízes e membros do Ministério Público. A gratificação foi extinta há 11 anos por medida provisória. **5**



José Cruz

Pedro Simon (E), Jayme Campos, Lobão Filho, Romeu Tuma e Valter Pereira na CCJ: grupo de trabalho examinará proposta de volta da gratificação, extinta em 1999

Senado pretende incentivar a adesão do setor privado ao Programa Empresa Cidadã, que garante incentivo fiscal às empresas que concederem os seis meses de licença



Leite materno é responsável pela liberação de nutrientes e de anticorpos fundamentais aos recém-nascidos

## Senado faz campanha por seis meses de licença-maternidade

“LICENÇA-MATERNIDADE DE SEIS meses: agora é a vez da empresa”. Esse é o slogan de campanha do Senado para incentivar a adesão da iniciativa privada ao novo período do benefício. O lançamento da campanha será amanhã, às 11h, e deverá contar com a participação de empresários e trabalhadores, ao lado do presidente do Senado, José Sarney, da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) e do presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Dioclécio Campos Júnior.

Patrícia Saboya e a SBP dividem a autoria do projeto que originou a Lei 11.770/08, responsável pela criação do Programa Empresa Cidadã, garantidor de incentivo fiscal ao empregador que conceder a prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias. A campanha do Senado terá o suporte de um vídeo – a ser veiculado nas emissoras públicas –, cartazes e fôlder com o passo a passo para adesão das empresas ao programa, além de uma carta de sensibilização ao empresariado ressaltando a importância da medida para o bem-estar das crianças e das trabalhadoras.

“A concessão dos seis meses de licença não é um custo, e sim um investimento no país. Afinal, todos saíram ganhando. As crianças vão crescer com mais



Patrícia Saboya é autora da proposta que resultou na Lei 11.770/08

saúde e equilíbrio emocional. E as próprias mulheres trabalharão mais motivadas e seguras”, argumenta Patrícia Saboya.

Na carta ao empresariado, ela relaciona dados da SBP demonstrando que a amamentação nos primeiros seis meses de vida reduz em 17 vezes as chances de a criança ter pneumonia; em 5,4 vezes a incidência de anemia; e em 2,5 vezes a possibilidade de diarreia. Com isso, acrescenta, o número de internações hospitalares é reduzido.

### Pesquisa

O reconhecimento pelo Sena-

do do alcance social da ampliação da licença-maternidade teve como ponto de partida a aprovação unânime, e em decisão terminativa, do projeto de Patrícia Saboya pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Em menos de um ano, a proposta foi aprovada pela Câmara e sancionada pelo presidente Lula.

Inicialmente, a medida se restringia ao setor privado, mas emenda do senador Paulo Paim (PT-RS) estendeu seu alcance ao setor público. Levantamento do DataSenado, serviço vinculado à Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública, revelou que cerca de 80% dos entrevistados concordaram com a prorrogação da licença-maternidade.

Antes mesmo de a lei ser regulamentada, grandes empresas tomaram a iniciativa de conceder o benefício a suas empregadas. O Senado também deu o exemplo e, desde o final de 2008, autoriza a extensão da licença-maternidade por mais 60 dias. Nessa mesma linha, o Plenário deve votar proposta de emenda à Constituição (PEC 64/07), apresentada pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que amplia o período de licença à gestante de 120 para 180 dias. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Coleção publicará monografias de servidores

Os funcionários da Casa poderão publicar seus trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação na Coleção de Teses, Dissertações e Monografias de Servidores do Senado Federal, que fará parte da edição anual da Coleção de Obras da instituição.

A determinação deve constar de edital a ser publicado no Boletim Administrativo de Pessoal (BAP). Pela decisão, cada proponente poderá concorrer com apenas um trabalho, que tenha sido aprovado por instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras.

Os trabalhos deverão ser enviados para análise entre os

dias 5 de abril a 30 de junho e o resultado da classificação, com indicação das obras vencedoras, será divulgado no dia 15 de setembro.

Cada publicação terá tiragem de 500 exemplares, cabendo ao autor 50 livros. Na primeira coleção, serão publicadas até duas teses de doutorado, três dissertações de mestrado e cinco monografias de conclusão de cursos de pós-graduação e graduação.

### Proposta

Para concorrer, os autores deverão indicar a linha acadêmica em que se enquadra o trabalho, com título, nome do

autor, cargo e lotação no Senado, além do endereço eletrônico e telefone para contato. Também deverão preencher ficha de inscrição, assinar um termo de compromisso e cessão de direitos autorais no ato da apresentação da proposta, conforme formulários próprios da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado.

No ato da inscrição, os candidatos deverão entregar um exemplar da monografia em meio impresso e um em meio eletrônico, além de documento comprobatório de aprovação do trabalho científico pela respectiva instituição de ensino superior.

## Cirurgia de Sarney remove cisto benigno do lábio superior

Operado para a remoção de um cisto benigno no lábio superior, o presidente José Sarney deve retomar a rotina de trabalho no Senado a partir de amanhã.

A cirurgia, realizada no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, durou duas horas. Sarney ficou na capital paulista durante a Páscoa para retirada dos pontos.

O senador foi atendido pela dermatologista e cirurgiã Cristina Abdalla, pelos cirurgiões

plásticos Antonio Carlos Herman de Andrade e Alberto Gattaz e pelo cardiologista Roberto Kalil Filho.

Num procedimento semelhante a uma cirurgia plástica, o cisto foi retirado sem que o bigode do presidente precisasse ser raspado. A incisão foi feita pela parte interna do lábio.

O problema foi detectado há duas semanas pelos médicos que atendem o presidente do Senado em Brasília. Os exames indicaram cisto benigno.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Segunda-feira

#### Plenário Sessão não deliberativa

14h O Plenário realiza sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. A partir de amanhã, os senadores analisam proposta de emenda à Constituição (PEC 32/08) que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional, entre outros itens.

### Terça-feira

#### CRA Transmissão de energia elétrica

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debate em audiência pública os critérios das linhas de transmissão, especialmente as voltadas para pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Entre os participantes, o diretor-geral da Aneel, Nelson José Hübner Moreira.

#### CMA Preço de obras e Fundo Social

9h30 Os parâmetros de preços utilizados para as obras públicas são tema de audiência na Comissão de Meio Ambiente. Às 11h30, a CMA realiza, em conjunto com outras seis comissões do Senado, audiência sobre o projeto que cria o Fundo Social.

#### CAE Fundo Nacional do Meio Ambiente

10h Entre as 14 matérias que se encontram na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos está o projeto (PLS 606/07) que institui o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

#### CRE Programa nuclear do Irã

15h Para debater o posicionamento brasileiro em relação ao programa nuclear do Irã, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, participará de audiência pública, na Comissão de Relações Exteriores.

### Quarta-feira

#### CCT Novas frequências de radiodifusão

8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia debate a alteração na destinação das faixas de 2.500 MHz a 2.690 MHz com o presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg, e o diretor-executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg, entre outros.

#### CDH Adoção de crianças haitianas

10h A adoção de crianças haitianas por brasileiros será debatida na Comissão de Direitos Humanos. Estão convidados o embaixador do Haiti no Brasil, Idalbert Pierre-Jean; o juiz Nicolau Lupianhes Neto; e a presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, Bárbara Toledo.

### CPI do MST

#### Dois depoimentos na agenda

14h Audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do MST ouvirá os representantes da Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (Fepaf), Edivaldo Domingues Velini, e do Centro de Formação e Pesquisa Contestado (Cepatec), Salete Carollo.

### Quinta-feira

#### CDH Audiência pública sobre o PNDH-3

10h O ministro Paulo Vanucchi (Direitos Humanos) participa de audiência pública sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

Ministério Público será ouvido antes do juiz quando a doação depender de decisão judicial, segundo a proposta. Em caso de dúvida, perito poderá examinar o caso

## Comissão aprova projeto que inibe tráfico de órgãos

PROJETO QUE VISA inibir o tráfico de órgãos foi aprovado com alterações pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) quarta-feira passada. A proposta, agora, terá de passar por votação no Plenário do Senado.

Apresentado em 2002 pelo deputado federal Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o projeto original acrescentava alguns dispositivos à Lei 9.434/97 – que trata, entre outros itens, da autorização judicial para doação de órgãos e tecidos.

O texto aprovado (PLC 84/04), modificado pelo senador Mão Santa (PSC-PI), determina que, “no caso de doação dependente de provimento judicial, poderá o juiz, convencendo-se da voluntariedade da doação e do atendimento dos requisitos legais, conhecer diretamente do pedido e conceder a autorização, proferindo sentença após a manifestação do Ministério Público”.

Também fica determinado que, “quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida, o juiz poderá nomear peri-



Mão Santa diz que laudo médico não é suficiente para afastar ilegalidades

to para examinar o caso, assim como designar audiência para o esclarecimento da matéria, no prazo máximo de dez dias”.

### Modificações

Em seu relatório, Mão Santa justifica por que excluiu do projeto alguns itens, como o que previa, em alguns casos, a apresentação de laudo assinado por dois médicos com pós-graduação ou título de especialista

reconhecido no Brasil. O senador argumenta que o laudo médico não é suficiente para afastar possíveis ilegalidades na doação de órgãos e tecidos, pois, segundo ele, os médicos se limitam a analisar as questões técnicas do transplante (“se há necessidade do transplante, se há compatibilidade entre doador e receptor, se há riscos elevados no procedimento etc.”).

Segundo Mão Santa, “não cabe ao médico avaliar e, principalmente, atestar a ausência de interesses obscuros e ilegais na doação” e que “não se pode transferir a responsabilidade do juiz para o médico”. Ele também disse que “o laudo médico de que trata o PLC 84/04 não acrescenta salvaguardas ao procedimento judicial, mas poderia constranger médicos a atestar a legalidade de um ato sobre o qual eles não têm controle total”.

No Senado, antes de tramitar na CAS, o projeto foi analisado na Comissão de Constituição e Justiça, onde teve como relatores os senadores Tião Viana (PT-AC) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

## Zambiasi defende adoção de Política de Resíduos Sólidos

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu, na quarta-feira, a aprovação urgente do projeto de lei do Senado (PLS 354/89) de autoria do ex-senador Francisco Rolemberg que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Na visão de Zambiasi, o descarte incorreto de resíduos sólidos representa um dos mais graves problemas ambientais, dado que 80% das cidades jogam o seu lixo diretamente na natureza.

– Este projeto prioriza a

responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes terão de investir para colocar no mercado artigos recicláveis e que gerem a menor quantidade de resíduos sólidos – disse.

A proposição tramita no Congresso Nacional há 21 anos, juntamente com outras 140 proposições semelhantes, e graças a um consenso entre governo, empresários, ambientalistas e, principalmente, entidades de reciclagem pôde finalmente ser aprovado na Câmara dos Deputados. A matéria retornou ao Senado na última terça-feira e aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em apartes, Pedro Simon (PMDB-RS), Marco Maciel (DEM-PE) e Mão Santa (PSC-PI) parabenizaram Zambiasi pelo pronunciamento. Pedro Simon pediu ao colega que não abandone a política e não deixe de concorrer a algum cargo eletivo em 2010. Zambiasi disse que sua decisão de não disputar eleições este ano é definitiva.



Zambiasi: 80% das cidades jogam o lixo diretamente na natureza

## Serys: governo do Amazonas age em favor da natureza

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) destacou algumas realizações do governador do Amazonas, Eduardo Braga, em favor do meio ambiente, tendo em vista a realização recente do primeiro Fórum Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Manaus.

Entre as ações, Serys citou o programa Zona Franca Verde, que atende ao setor agropecuário e pesqueiro do Amazonas, já tendo beneficiado diretamente 108 mil famílias produtoras de grãos, mandioca, juta e malva. A senadora ressaltou ainda que o governo do Amazonas foi o primeiro no Brasil a adotar uma lei de mudanças climáticas, tendo em vista as alterações causadas pelo aquecimento global.

Serys lembrou ainda projeto de autoria dela, convertido na Lei 11.799/08, que transformou a Estação Ecológica de Anavilhanas em parque nacional. O arquipélago fluvial de Anavilhanas reúne 400 ilhas,

possui 350 mil hectares e está localizado no rio Negro, nas proximidades dos municípios amazonenses de Airão e Novo Airão.

### Posse

No início de seu discurso, Serys registrou sua participação, na quarta-feira, na solenidade em que o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, transferiu o cargo ao seu vice, Silval Barbosa. Maggi deverá se candidatar ao Senado nas eleições de outubro próximo, de acordo com a imprensa.

Realizada na assembleia legislativa local, a solenidade contou com a participação de autoridades, empresários e da população em geral, disse a senadora.

– Quero reconhecer publicamente os vários avanços que Mato Grosso viveu nesse período, principalmente na economia. Desejo boa sorte ao Blairo e ao novo governador para que tenha êxito na condução administrativa e política do estado – afirmou.



Amazonas foi pioneiro na adoção de lei de mudanças climáticas, afirma Serys



Campanha de vacinação contra a raiva; projeto dá prioridade aos animais provenientes de comunidades de baixa renda

## Plano nacional de esterilização para cães e gatos

Projeto do deputado Affonso Camargo (PSDB-PR), que estabelece uma política nacional de controle de natalidade para cães e gatos domésticos, também foi aprovado na quarta-feira pela CAS. A execução do programa de esterilização previsto na proposta (PLC 4/05) levará em conta as localidades que demandam atendimento prioritário ou emergencial, em razão da superpopulação de animais ou de epidemias. Também será considerado o número de animais a serem esterilizados por localidade para se reduzir a população a níveis satisfatórios.

Pela proposta, a reprodução desses animais será controlada por meio de esterilização cirúr-

gica, ficando proibida a prática de outros procedimentos veterinários. O projeto também recomenda atendimento prioritário aos animais provenientes de comunidades de baixa renda.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), observou o relator na CAS, senador Flávio Arns (PSDB-PR), a raiva humana está sob controle na maioria dos países industrializados, graças, especialmente, à vacinação obrigatória de animais domésticos e ao acesso a vacinas modernas e à imunoglobulina para tratamento dos casos humanos.

Arns enfatiza em seu relatório que 98% dos casos de raiva humana ocorrem em regiões onde há muitos animais sem dono e não vacinados. Essa

situação, observa, é verificada principalmente em regiões mais pobres.

O projeto prevê ainda a realização de campanhas educativas para conscientizar a população sobre a posse responsável de animais domésticos. Em relação ao governo, a proposta dá prazo para que os municípios sem unidades de controle de zoonoses cumpram a nova exigência.

Para viabilizar a programa, o projeto permite parcerias das unidades de zoonoses com as entidades de proteção aos animais e clínicas veterinárias. A União arcará com os custos do programa, mas os municípios deverão contribuir com pelo menos 10% do total.



Sadi Cassol: propostas em favor dos consumidores e dos municípios

## Sadi Cassol faz balanço de atividades

O senador Sadi Cassol (PT-TO) fez um balanço de suas atividades parlamentares ao se despedir do Senado na quarta-feira, com o retorno do titular da cadeira, Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Ele disse ter apresentado propostas legislativas focadas na garantia dos direitos do consumidor e no fortalecimento dos municípios.

Depois de afirmar que os municípios passam por grandes dificuldades, ainda como reflexo da crise financeira internacional de 2008, Sadi Cassol informou ter apresentado iniciativas para auxiliá-los a superar problemas de caixa. Uma delas foi a dispensa de contrapartida nos convênios firmados com o governo federal para transferências voluntárias.

Outra iniciativa foi de natureza tributária, com a proposta de alteração da lei complementar para definir o local de cobranças do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre serviços de cartão de crédito e débito. A ideia foi induzir o recolhimento desse tributo municipal nas transações efetuadas com o uso de cartões de crédito e débito, já previsto na legislação. Essa medida, que não implica a criação de nenhum tributo, concorreria para aumentar a arrecadação dos municípios e ajudá-los a equacionar as dificuldades.

### Seguro

No campo dos direitos dos consumidores, o senador disse ter apresentado projeto para impedir o repasse indevido de recursos oriundos do seguro obrigatório de veículos automotores para entidades como a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a Fundação Escola Nacional de Seguros.

– Nosso objetivo foi conferir a transparência sobre a arrecadação e a destinação do seguro.

Sadi Cassol informou ter apresentado também, entre outros, projeto instituindo normas especiais para licitações e contratos de obras, serviços, compras e alienações da administração pública relativas às construções e reformas dos complexos esportivos a serem utilizados na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

Em apartes, Tião Viana (PT-AC), Geovani Borges (PMDB-AP), Romeu Tuma (PTB-SP) e Mão Santa (PSC-PI) destacaram a atuação de Sadi Cassol.

Empresas que prestam serviços ou fabricam equipamentos para o setor poderão receber incentivo financeiro. Projeto prevê um novo modelo de aplicação dos recursos

# CCT aprova novo fundo para a área de telecomunicações

OS PRESTADORES DE serviços de telecomunicações e os fabricantes de equipamentos para o setor poderão receber apoio financeiro do Fundo de Investimentos em Telecomunicações (Fitel), cuja criação está prevista em projeto aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O PLS 6/10, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ainda será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o autor da proposta, que também é presidente da CCT, a ideia é “redistribuir os tributos associados a fundos setoriais já existentes”. Em sua opinião, a arrecadação do atual Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) está superdimensionada, em aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, em relação à sua finalidade.

Por outro lado, ressaltou, a maior parte da arrecadação de outros dois fundos – o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel) – estaria sendo direcionada à formação de superávit primário pelo governo.

– Proponho realocar parcela expressiva dos tributos hoje recolhidos em favor desses fundos para um novo modelo de aplicação que facilitará os investimentos produtivos – explicou o senador.

Entre as medidas do projeto aprovado na semana passada, encontra-se a autorização para que se aplique, em cada exer-

cício, até 20% dos recursos do Fitel, na forma de capital de risco. Constituem ainda recursos do novo fundo, de acordo com a proposta, 20% dos saldos patrimoniais do Fust e do Funntel. O agente operador do Fitel seria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O projeto contou com voto favorável do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), que elogiou a destinação de pelo menos 30% dos recursos do novo fundo às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Durante a discussão, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) anunciou que pedirá vistas da proposta apenas quando esta chegar à CAE.

**Proposta destina pelo menos 30% dos recursos do novo fundo para as regiões menos desenvolvidas**



Flexa Ribeiro (E), que preside a CCT, também é o autor do projeto aprovado: ideia é redistribuir os recursos já existentes

## Código do Consumidor na lista telefônica

As listas telefônicas publicadas pelas empresas operadoras de telefonia fixa deverão incluir, obrigatoriamente, o Código de Defesa do Consumidor. Projeto de lei da Câmara (PLC 70/09) aprovado na quinta-feira pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) modifica a Lei Geral de Telecomunicações para incluir a nova exigência.

O projeto teve voto favorável do relator, senador Lobão Filho (PMDB-MA), com emendas. E será ainda analisado, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Outro projeto aprovado pela CCT – PLC 11/07 – regulamenta a digitalização de documentos originais, públicos ou privados e seu armazenamento em meio eletrônico. O relator, Flávio Arns (PSDB-PR), ressaltou consenso alcançado entre representantes do governo e de diversas entidades sobre a proposta – com exceção de dispositivo que garante mesmo valor jurídico para o documento original e o digitalizado. Este tema, como

anunciou, ainda será discutido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CCT aprovou ainda 31 projetos de decreto legislativo que permitem o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversos estados do país, além de dois requerimentos apresentados pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). O primeiro deles trata da realização de audiência pública conjunta, com seis outras comissões, para analisar o projeto de lei que trata da criação do Fundo Social (PLC 7/10). O outro prevê a realização de debate sobre o projeto de criação do Canal Cidadania.

Durante a reunião, Lobão Filho despediu-se da comissão, onde exercia o cargo de vice-presidente. O mandato será reassumido pelo titular, o senador Edison Lobão (PMDB-MA), que estava ocupando o cargo de ministro de Minas e Energia. Lobão Filho destacou a sintonia que teve com o presidente da comissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apesar de este ser um senador de oposição, enquanto ele pertence à base governista.

– Oposição e governo, quando trabalham juntos, levam para a frente os anseios do nosso país – afirmou Lobão Filho.



Flávio Arns relatou projeto que regulamenta a digitalização de documentos



Lobão Filho, primeiro suplente de Edison Lobão, despediu-se do Senado

## Lobão Filho agradece acolhida dos colegas

O senador Lobão Filho (PMDB-MA) despediu-se quarta-feira do Senado Federal para que o ex-ministro de Minas e Energia Edison Lobão reassuma o mandato e, provavelmente, tente a reeleição no pleito de outubro. Primeiro suplente de seu pai, Lobão Filho assumiu o mandato em 30 de janeiro de 2008. Sua mãe, a deputada federal Nice Lobão, acompanhou no Plenário a despedida do filho, ao lado de outros familiares.

– Modestamente, espero ter conseguido ocupar a cadeira do senador Edison Lobão, nesse período no Senado da República, com altivez e honradez e, sobretudo, humildade. Uma tarefa difícil por tudo aquilo de destaque e importância que ele representa para a vida pública do nosso país – afirmou.

Lobão Filho agradeceu a acolhida dos colegas e ressaltou que esses mais de dois anos como senador foram muito importantes para sua vida e trajetória política. Ele agradeceu especialmente ao “bravo povo maranhense” pelo apoio recebido e aos funcionários de seu gabinete e demais colaboradores.

O senador disse que viveu diversas boas experiências na Casa, além de ter cultivado “valiosíssimas amizades”.

– O meu muito obrigado a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, participaram de tudo aquilo que construí em minhas atividades no Senado da República – disse o senador, antes de agradecer o apoio dos familiares durante toda sua vida.

Lobão Filho também ressaltou o empenho de todos os servidores do Senado e afirmou que sua família continuará servindo ao povo maranhense e ao estado.

– Muito aprendi, muito agradei na minha vida e espero ter conseguido oferecer, com minha dedicação, o melhor para o desenvolvimento do meu querido país e principalmente do seu povo. Ao meu Maranhão, meu suor, minha dedicação e minha vida – declarou Lobão Filho.

Em apartes, vários senadores despediram-se do colega, desejaram boa sorte e elogiaram sua trajetória no Senado Federal: João Ribeiro (PR-TO), Jayme Campos (DEM-MT), Paulo Paim (PT-RS), José Nery (PSOL-PA), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mão Santa (PSC-PI).

## CCJ aprova aumento de 20% nos quadros da Aeronáutica

O aumento de 20% do efetivo do Comando da Aeronáutica foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A criação de 13.745 cargos de militares foi estabelecida por projeto do Executivo (PLC 11/10) que ainda será votado, em decisão terminativa, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O projeto não causará grande impacto de imediato nas despesas do governo, pois essas vagas serão preenchidas ao longo de 32 anos. Dos cargos, 745 são de oficiais superiores (maiores, tenentes-coronéis e coronéis); 2.100 de intermediários (capitães) e subalternos (segundo e primeiro-tenentes); 7.800 de suboficiais e sargentos e 3.100

de cabos e soldados. Também são extintos 250 cargos de taifeiros.

Ao defender a aprovação do projeto, o relator Romero Jucá (PMDB-RR) citou, entre os motivos apresentados pelo governo, a necessidade de adequar o efetivo da Aeronáutica "às contínuas e crescentes demandas do transporte aéreo brasileiro".

– O crescimento da economia e a incorporação de segmentos da população à classe média têm feito com que as viagens aéreas no país atinjam níveis inéditos. Esse processo vem gerando, também, a ampliação do sistema de controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), que hoje se estende por toda a Amazônia – disse Jucá.



Jucá lembra expansão das viagens aéreas como uma das razões



Senador elogiou trabalho do TRT da 14ª Região, que melhor cumpriu as metas do CNJ

## Tião Viana parabeniza TRT por ganhar título de melhor tribunal

Tião Viana (PT-AC) parabenizou os servidores e a desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima, que comanda o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Rondônia e Acre), por este ter obtido o melhor desempenho, entre os tribunais brasileiros, no cumprimento de metas de nivelamento do Poder Judiciário de 2009. A classificação foi feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para o senador, a premiação demonstra que o CNJ vem promovendo apoio e cooperação institucionais para a melhoria do Judiciário brasileiro.

O parlamentar também congratulou o governador do Acre, Binho Marques (PT), pela implantação do Programa Brasil Profissionalizado no estado.



Para senador, problemas na fronteira com Guiana Francesa terão solução em breve

## Geovani busca solução para conflitos entre brasileiros e franceses

Geovani Borges (PMDB-AP) participou de duas reuniões no Ministério das Relações Exteriores para tratar dos conflitos entre brasileiros e franceses da Guiana. Segundo o senador, o problema está virando rotina e causando um enorme constrangimento ao município do Oiapoque (AP), na divisa com a Guiana Francesa.

– Saí muito animado pelos avanços das negociações do Itamaraty com o Ministério das Relações Exteriores da França. Inclusive estamos fazendo uma ponte interligando os dois países e aprovando já a implantação de um consulado ainda este ano no município de Oiapoque – afirmou em Plenário.

Geovani Borges também relatou a reunião no Incra para tratar da aprovação do plano de manejo dos brasileiros assentados naquela região.

## Grupo de trabalho vai examinar restituição de adicional a juizes

Projeto que devolve aos magistrados e integrantes do Ministério Público gratificação por tempo de serviço gera polêmica e passará por amplo debate antes de ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça

A PROPOSTA DE emenda à Constituição (PEC) que restabelece o adicional por tempo de serviço para os magistrados e os integrantes do Ministério Público poderá ser submetida ao exame de um grupo de senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ser votada pelo colegiado. A gratificação foi extinta em 1999.

De autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a proposta (PEC 21/08) prevê que não serão computadas, para efeito do limite remuneratório constitucional, as parcelas de caráter indenizatório e o adicional por tempo de serviço, até o limite de 35% do valor do subsídio da magistratura e do Ministério Público. A regulamentação do adicional seria feita por lei complementar.

Na reunião de quarta-feira, os senadores da CCJ concordaram com o argumento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) de que o assunto merece ampla discussão. Romeu Tuma (PTB-SP) e Jayme Campos (DEM-MT) defenderam o exame da matéria por uma subcomissão da CCJ. No início da reunião, a pedido de Lobão Filho (PMDB-MA), havia sido aprovada a inclusão da proposta como item extra na



Na CCJ, Wellington e Maciel (foto à direita) acompanham Pedro Simon (E), que sugeriu o exame prévio da matéria, Jayme Campos, Lobão Filho, Romeu Tuma e Valter Pereira discutirem a proposta

pauta de votações da Comissão de Justiça.

### Discrepância

A proposição é polêmica, no entendimento dos senadores, porque acaba com o teto de remuneração no setor público ao tentar eliminar injustiça entre os níveis salariais dos integrantes das várias instâncias do Judiciário. Wellington Salgado (PMDB-MG), que presidia a reunião, defendeu "a eliminação dessa discrepância" que tem equiparado, como observou, o salário de um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao de um juiz de primeira instância.

Jayme Campos argumentou que o assunto é grave, uma vez que poderá beneficiar

uma "casta de pessoas" que já são muito bem remuneradas.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), rejeitou emendas que haviam sido apresentadas com o objetivo de estender o benefício a outras categorias de servidores públicos.

Raupp apresentou um texto substitutivo à proposta, estabelecendo que a incorporação do adicional por tempo de serviço será feita à razão de 5%, a cada cinco anos de serviço público efetivo, até o máximo de sete períodos de cinco anos. Propõe também que seja computado o tempo

de advocacia, até o máximo de 15 anos, desde que não cumulativo com o tempo de serviço público.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto pela rejeição da matéria, por considerar que, ao excepcionar as carreiras da magistratura e do Ministério Público da aplicação do teto constitucional, a proposta viola os princípios da igualdade e da unidade da Constituição federal.

## Senado debaterá controle externo de tribunais de contas

Romeu Tuma (PTB-SP) conseguiu aprovar junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na última quarta-feira, requerimento para a realização de audiência pública sobre a proposta que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC). Mesmo considerando oportuna a instituição de um órgão nacional de controle administrativo, financeiro e disciplinar para esses tribunais, Tuma afirma que a proposta em exame na comissão (PEC 30/07) preocupa no que diz respeito à autonomia dos entes federativos.

Ele argumenta que a preservação do pacto federativo "reclama a autonomia" de estados e municípios em relação à União no exercício do con-

trole externo de seus tribunais de contas. No entanto, a PEC interferiria nesse exercício, atribuído prioritariamente ao Poder Legislativo de cada estado e município.

Para Tuma, pelo fato de os tribunais de contas estaduais guardarem relação mais estreita com assuntos de âmbito exclusivamente estadual – seus conselheiros são escolhidos pelas assembleias –, é preciso debater mais a possível criação de um conselho nacional que exerça autoridade sobre eles. Esse problema, avalia, não se dá no caso dos já atuantes conselhos nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP).

O senador sugere que, antes de decidir sobre a proposta,

a comissão a debata com representantes dos segmentos diretamente envolvidos. A audiência deverá ter a presença do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar. Serão também convidados o presidente da Associação Brasileira dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Salomão Ribas Júnior, e o corregedor-geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Helio Saul Mileski.

Em seu pedido, o senador justifica que os tribunais de contas apresentam grandes diferenças em termos de estrutura organizacional, assim como nos processos que utilizam para o exercício do

controle externo.

A PEC 30/07 foi apresentada pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). Conforme o texto, o novo conselho deve ser constituído por 15 membros, para mandato de dois anos, admitida uma recondução. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), recomenda a aprovação, mas com emenda que acrescenta mais uma cadeira no órgão e diversifica sua composição. Ele reduz a representação originária dos diversos tribunais para abrir espaço a conselheiros indicados por conselhos profissionais – os conselhos federais de Contabilidade (CFC), de Economia (Cofecon) e de Engenharia e Arquitetura (Crea).

## Simon defende suas emendas ao projeto do pré-sal

“O Senado tem a rara oportunidade e o sagrado dever de restaurar o equilíbrio tributário federativo e de instituir mecanismos de compensação aos estados e aos municípios afetados, durante o período de transição entre os modelos de repartição”. A opinião é do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que defendeu a aprovação das duas emendas que apresentou ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 16/10 – que define o regime de partilha, em vez de concessão, para o pré-sal e áreas estratégicas.

Simon disse que, segundo o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, a perda do estado chegaria a cerca de R\$ 5 bilhões, somando-se aos R\$ 2 bilhões perdidos pelos municípios fluminenses. Já segundo o governo do Espírito Santo, aquele estado perderia, anualmente, cerca de R\$ 440 milhões. Para compensar as perdas dos estados e municípios afetados negativamente pelo PLC, a primeira das emendas do senador determina que a União compensará, com recursos de sua parcela em *royalties* e participação especial, os estados e municípios que sofrerem redução de suas receitas em virtude da lei, até que o aumento do petróleo no mar recomponha o valor dos repasses atuais. A outra proposta suprime o segundo parágrafo do artigo 42, incluído na votação da Câmara.

– Pelo que foi aprovado na Câmara, os consórcios das empresas petroleiras receberão de volta, em petróleo, os valores que pagaram, em reais, a títulos de *royalties*. Ora, isso acarretaria, pelo menos, dois problemas principais. Essas empresas, concretamente, não estariam pagando absolutamente nada a título de *royalties*. Além disso, elas receberiam, de volta, um bem sabidamente estratégico para o país – explicou Simon.



Simon: discutir a emenda Ibsen pode levar a equilíbrio tributário federativo

Ao anunciar emenda a projeto do pré-sal, senadora argumenta que a educação é também instrumento de transformação social, enquanto a saúde ajuda a garantir qualidade de vida



Atualmente, de cada cem crianças somente a metade termina o ensino fundamental, conforme destaca Rosalba Ciarlini

## Rosalba quer 60% do Fundo Social para educação e saúde

A PRESIDENTE DA Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), apresentou emenda ao projeto que cria o Fundo Social com recursos da exploração do petróleo do pré-sal para determinar que 60% dos recursos desse fundo serão aplicados nas áreas de educação básica e saúde. Ela anunciou a emenda ao abrir ontem a reunião da comissão.

Apesar do crescimento do número de matrículas na educação básica, argumentou a senadora, menos de 20% das crianças brasileiras têm acesso à creche e à

educação infantil. Na opinião de Rosalba, a educação é instrumento de formação, bem como de transformação social. A área da saúde, segundo disse, também merece mais atenção para oferecer qualidade de vida aos brasileiros.

A senadora informou que, de cada cem crianças que entram na escola, só metade termina o ensino fundamental. Das que conseguem concluí-lo, apenas 30% terminam o nível médio. Dessas, pouco mais de 10% concluem o ensino superior.

Rosalba argumentou ainda, em defesa do projeto (PLC 7/10),

que tem crescido o número de jovens envolvidos com a criminalidade. De 2005 a 2009, informou, houve um aumento de 130,8% de presos com idade entre 18 e 24 anos de idade – faixa etária em que os jovens deveriam estar concluindo o ensino médio ou o superior.

– Se nós tivermos uma educação forte, bem desenvolvida, se tivermos todos os jovens tendo oportunidades, a ciência e a tecnologia crescerão. Automaticamente, as oportunidades de trabalhos crescerão também e a paz será maior – observou.

## Baixa escolaridade e criminalidade

Com o objetivo de debater esses temas, a CAS aprovou, na quarta-feira, requerimento da senadora Rosalba Ciarlini para realização de debate sobre a relação entre a baixa escolaridade e o número crescente de jovens que entram na criminalidade.

A senadora sugeriu a participação, entre outros convidados, dos ministros da Educação, Fernando Haddad, e da Justiça, Luiz Paulo Barreto. A audiência será conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Preocupada com o assunto, Rosalba citou em Plenário, na terça-feira, dados indicando um aumento de 130% no número de presos que têm entre 18 a 24 anos de idade.

– A grande constatação é que a educação é fundamental na formação, na transformação social, para criar as condições para que nossos filhos, nossos netos, as crianças e os jovens brasileiros possam realmente ver a esperança de um caminho digno de cidadania. Isso é comprovado quando se constata que a educação realmente afasta a pessoa da cadeia, das prisões, da criminalidade – argumentou a senadora.

A CAS aprovou ainda a realização de audiência pública para discutir as novas estratégias para a educação básica pública e privada brasileira. Proposto também por Rosalba Ciarlini, o debate deve contar com a presença de participantes da Conferência Nacional de



Rosalba Ciarlini: a educação afasta a pessoa da cadeia

Educação (Conae), encerrada em Brasília na última quinta-feira.

O resultado da conferência embasará o novo Plano Nacional de Educação, que entrará em vigor a partir de 2011 e valerá até 2020.

## Comissões se reúnem para debater projetos

Mais duas comissões aprovaram na quarta-feira requerimentos para realização de audiências públicas sobre os projetos relativos à exploração do petróleo do pré-sal. Uma delas foi a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a outra, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Ao todo, sete comissões deverão debater as matérias.

Um dos debates será sobre o projeto (PLC 16/2010) que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas – além de tratar da distribuição dos *royalties*.

Serão discutidas ainda a criação da Petro-Sal – prevista no PLC 309/09 – e a proposta (PLC 8/10) que visa capitalizar a Petrobras. Uma outra audiência vai analisar o projeto de lei (PLC 7/2010) que cria o Fundo Social (F5).

## Jucá diz que vai retirar urgência constitucional

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que a votação do Projeto de Lei da Câmara 16/10, que define o regime de partilha e a distribuição dos *royalties* do petróleo, deverá ficar para depois das eleições, porque vai exigir uma negociação lenta e cuidadosa. Com isso, deverá ser retirada a urgência constitucional do projeto.

Jucá disse que todas as propostas serão analisadas com cuidado, inclusive a chamada Emenda Ibsen Pinheiro, que modifica a distribuição dos recursos entre estados e municípios, afetando os contratos firmados no sistema de concessão, que estão em vigor.

Sobre a proposta dos senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Renato Casagrande (PSB-ES), que aumenta ainda mais a participação dos seus estados e diminui a parte que cabe à União, Jucá disse que o governo federal não poderá perder a participação que já possui. “Teremos uma negociação bem ampla, em que todos terão que sair ganhando”, disse o líder do governo.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Epitácio Cafeteira • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves  
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Mão Santa critica Temer por não votar projetos de aposentados

O senador Mão Santa (PSC-PI) pediu a renúncia do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, por não ter colocado em votação os projetos de lei que beneficiam aposentados e pensionistas, como prometera a outros parlamentares. O parlamentar afirmou que, também por isso, Temer não tem o direito de pleitear a candidatura a vice-presidente da República.

Os projetos são o que acaba com o fator previdenciário; o que repõe as perdas das aposentadorias; e o que vincula o reajuste de aposentadorias e pensões ao mesmo percentual do reajuste dado ao salário mínimo.

Mão Santa disse que a Câmara quer contrariar o pensamento do ex-presidente americano Abraham Lincoln, segundo o qual, "se pode enganar a todos

por algum tempo, ou a poucos por muito tempo, mas não a todos por todo o tempo". De acordo com o senador, a Câmara dos Deputados está sendo chamada de "câmara de gás", por estar matando os aposentados.

O senador criticou ainda a Câmara por ter realizado, na segunda-feira passada, sessão solene em homenagem ao Dia dos Aposentados, transcorrido em 24 de janeiro. Para Mão Santa, a homenagem, prestada em data tão distante da real, foi "uma incoerência, um deboche".

– Eu fiz as contas: para pagar todos os velhinhos, dá R\$ 1,2 bilhão. O [presidente] Luiz Inácio [Lula da Silva] já deu para os países vizinhos R\$ 1,5 bilhão. Minha mãe me ensinou que a caridade, para ser boa, começa em casa – afirmou o parlamentar.

## Paim: pesquisa do Ipea aponta falta de mão de obra qualificada

No comércio e no setor de reparação, 187,5 mil postos de trabalho ficarão vagos este ano por falta de mão de obra qualificada, destacou o senador Paulo Paim (PT-RS) com base em pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



Paulo Paim

– São Paulo será o estado a registrar o maior número, com 134,5 mil postos excedentes ao número de empregados capacitados – comentou.

A pesquisa do Ipea, disse Paim, mostra que também sobrarão 50 mil vagas nos setores de educação, saúde e serviços sociais pelo mesmo motivo.

Em sentido contrário, a pesquisa revela que em setores

como o agrícola, o industrial e o de administração pública, haverá mais trabalhadores capacitados que número de vagas. A indústria é o setor que deixará mais trabalhadores qualificados sem emprego, pela escassez de 145,9 mil vagas. A demanda total por vagas em 2010 é de 18,6 milhões de trabalhadores, informou.

Paim registrou também que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul entregou ao presidente da Câmara, Michel Temer, documento pedindo a aprovação dos projetos que beneficiam os aposentados. O documento teve apoio unânime dos 36 deputados estaduais.

## Geovani Borges defende piso de R\$ 7 mil para médicos e dentistas

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) registrou a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de projeto do senador licenciado Gilvam Borges (PMDB-AP) que fixa em R\$ 7 mil, reajustáveis pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o piso salarial para médicos e

cirurgiões-dentistas.

O projeto (PLS 140/09) aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário. Geovani Borges disse que o piso salarial proposto é "o mínimo tolerável para o resgate da dignidade profissional dos médicos e cirurgiões-dentistas".

## Arns elogia criação de secretaria para pessoa com deficiência

Flávio Arns (PSDB-PR) destacou na última terça-feira a criação, pela prefeitura de Curitiba, da Secretaria Especial de Direitos das Pessoas com Deficiência.

A nova secretaria, segundo o senador, articulará ações entre os diversos órgãos municipais de Curitiba para que as necessidades das pessoas com deficiência sejam consideradas pelas políticas públicas.

Arns disse que Beto Richa,

que renunciou à prefeitura de Curitiba para disputar o governo do Paraná, pretende levar essa experiência de apoio a pessoas com deficiência para todo o estado.

O senador fez também um apelo ao presidente do Senado, José Sarney, e ao 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), para que promovam uma reforma do Plenário da Casa com ênfase na acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Relatos das dificuldades vividas pelos conselheiros levam senadores a defender mais recursos no Orçamento, para garantir o funcionamento adequado dos colegiados



Cristovam Buarque (terceiro à esquerda), entre os debatedores na CDH, defendeu a reestruturação urgente dos conselhos

## Especialistas apontam quadro caótico em conselhos tutelares

O QUADRO CAÓTICO apontado pelos especialistas durante debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) levou Cristovam Buarque (PDT-DF) a defender o fortalecimento e a reestruturação dos conselhos tutelares no país. O objetivo é dar maior proteção, garantia e cidadania às crianças e aos adolescentes, especialmente àqueles que são vítimas de violência.

A audiência pública debateu as atribuições e responsabilidades dos conselhos e dos conselheiros tutelares. É tarefa de cada conselho zelar pelo cumprimento dos direitos estabelecidos no artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Cristovam também propôs a criação da Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente, que funcionaria junto à Presidência da República, nos mesmos moldes das secretarias da Mulher, da Juventude e da Igualdade Racial.

Também participou dos debates o senador José Nery (PSOL-PA). Ele garantiu que os conse-

lhos tutelares "são desrespeitados" na grande maioria dos municípios brasileiros.

Nery defendeu a aprovação de uma emenda ao Orçamento da União de 2011 para destinar recursos para reestruturar os conselhos tutelares e melhorar a capacitação e formação de seus respectivos conselheiros. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) concordou e disse ser necessário que os conselhos tutelares constem do Orçamento da União.

### Caos

Para Fábio Feitosa da Silva, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), apesar de os conselhos tutelares existirem em 98% dos municípios, a maioria não funciona de forma adequada.

– Atualmente, os conselhos tutelares enfrentam o caos. Em alguns municípios nem sequer há um local para o seu funcionamento. Em outros falta estrutura para trabalhar e não há nem mesmo telefones – informou Fábio Feitosa, que defendeu a aprovação da Política Nacional

da Criança e do Adolescente, elaborada pelo Conanda.

Oto de Quadros, secretário-executivo do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, garantiu que os conselhos tutelares não têm prioridade nos municípios e chegam a funcionar até nos corredores das prefeituras. Defendeu também eleição direta para escolha dos conselheiros.

Tânia Cubiça, presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro, afirmou que os conselhos tutelares poderão melhor atender crianças e adolescentes após a aprovação de uma lei que reconheça a função do conselheiro.

Já Alexandre Nascimento, representando o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, lastimou que lideranças comunitárias sem qualquer formação e capacitação técnica tomem parte dos conselhos tutelares. Ele também criticou a politização dos conselhos, já que prefeitos chegam a indicar membros, "como se os cargos pertencessem a eles".



José Cruz



José Cruz

Projeto foi apresentado no ano passado por Roberto Cavalcanti (E) e recebeu parecer favorável de Paulo Duque

## Aposentado com diabetes pode ser isento do IR

Projeto que isenta do pagamento do Imposto de Renda os aposentados com diabetes melito foi aprovado quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). A medida beneficia ainda os militares reformados que tiverem a doença.

A matéria será submetida agora à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa. Se também for aprovado nessa comissão, o projeto seguirá diretamente ao

exame da Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação pelo Plenário.

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), autor da iniciativa (PLS 242/09), argumenta que a diabetes afeta hoje grande número de brasileiros e se tornou um problema de saúde pública em âmbito internacional.

O relator da matéria, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), observou que no Brasil há cerca de 15 milhões de pessoas com a

doença e lembrou que a forma mais comum de diabetes no país é a do tipo 2.

Ao defender a aprovação do projeto, Paulo Duque assinalou que "a isenção do Imposto de Renda sobre os proventos dos diabéticos é uma forma justa e prática de compensar os enormes gastos por eles efetuados para o controle do diabetes e para o tratamento das suas complicações, permitindo-lhes dispor de mais recursos para cuidar da própria saúde".

## Mão Santa apoia criação do estado de Gurgueia

Mão Santa (PSC-PI) defendeu a divisão do Piauí, com a criação do estado de Gurgueia, conforme projeto (PDS 55/07) do senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

– É hora de nos debruçarmos e estudarmos as possibilidades dos projetos que estão aí [no Senado] e transformá-los em estados, caso do Maranhão, Pará e Piauí – propôs.

O senador recordou o período em que, acatando ideia do governador que o antecedeu no cargo, Freitas Neto, criou 78 novos municípios no Piauí. Ele acredita no desenvolvimento por meio da formação de líderes, entre os quais vereadores, vice-prefeitos e prefeitos, o que acredita ter conseguido fazer, transformando povoados em novas cidades.

Mão Santa defendeu também a divisão do Pará, com a criação do estado do Carajás, e do Maranhão, com o surgimento do estado de Imperatriz.

Na Câmara, também tramita projeto propondo a criação do estado da Gurgueia.

Senador lembra os 46 anos do golpe de 1964 e diz que juventude atual, por não ter vivido sob a opressão, ainda não sabe valorizar as liberdades democráticas

## Valter Pereira exalta os que lutaram contra a ditadura

O SENADOR VALTER Pereira (PMDB-MS) lembrou os 46 anos do golpe militar de 1964 e disse que o fazia “para espantar aquelas figuras exóticas que, vez por outra, aparecem questionando as virtudes da democracia”. Para ele, os atuais jovens, que não sabem o que é viver em um regime sem liberdades, precisam ser alertados sobre a necessidade de se preservar a democracia.

Ressaltando que ele próprio foi preso por três vezes durante o regime militar, Valter Pereira enalteceu os políticos do então PMDB que lutaram pelo restabelecimento da democracia. Citou Ulysses Guimarães, Paulo Brossard, Tancredo Neves, Freitas Nobre, Lysâneas Maciel, Alencar Furtado, Chico Pinto, Marcos Freire e os atuais senadores Pedro Simon (RS) e Jarbas Vasconcelos (PE).

– Muitos como eu tiveram a sorte de sofrer detenções passa-



Valter Pereira quer espantar “figuras exóticas que questionam democracia”

geiras, mas outros foram vítimas de prolongados constrangimentos e duras retaliações. Mais que isso: presos foram torturados, vidas ceifadas e ainda há famílias que procuram seus mortos até hoje. Os anos de chumbo abriram feridas tão profundas que precisam ser lembradas em

função do aprendizado que podem propiciar – afirmou.

Valter Pereira observou que os militares não derrubaram sozinhos o governo João Goulart, e sim com apoio de “forças reacionárias”.

– Ao invés de reformas democráticas, o que se implantou foi um retrocesso institucional. Confiscou-se o direito de eleger o presidente da República, os governadores e os prefeitos das maiores cidades. O Legislativo foi castrado por cassações de mandatos e perda de funções. O Judiciário perdeu autonomia administrativa e independência dos magistrados. Os partidos políticos foram dissolvidos e os meios de comunicação foram censurados – resumiu.

Pedro Simon acrescentou Mário Covas, Franco Montoro e Teotônio Vilela entre os políticos que lutaram pelo restabelecimento da democracia.

## Cristovam lembra adoção da faixa de pedestre e golpe militar

Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou o aniversário, no dia 31 de março, de dois episódios: os 13 anos de adoção da faixa de pedestres no Distrito Federal e os 46 anos de implantação do regime militar no Brasil (1964-1985).

Em relação à faixa de pedestres, Cristovam disse que a iniciativa representa atualmente um dos melhores exemplos de cidadania em prática no país, tendo em vista que beneficia diversas pessoas que vivem em uma cidade onde predomina o

trânsito de automóveis.

– É um exemplo de cidadania e educação, não no sentido que vem da escola em geral, mas no sentido dos costumes.

Em relação ao golpe militar de 1964, o senador lamentou o episódio e disse que o regime militar comprometeu a consolidação da democracia no Brasil. Ele lembrou ainda que a ocupação de Brasília foi consolidada no regime militar.

– Não podemos esquecer os 21 anos sem democracia, participação popular e prática de política



Faixa de pedestres no DF é exemplo de cidadania, destaca Cristovam Buarque aberta – frisou.

O senador lamentou, no entanto, que o Brasil ainda não tenha construído um regime capaz de atender às demandas de toda a sociedade, passados 25 anos do retorno à democracia.



Senador destaca ainda sentença trabalhista contra a Vale

## José Nery cobra valorização dos educadores

José Nery (PSOL-PA) lamentou que o governo do Pará não tenha encaminhado à Assembleia Legislativa, conforme prometido, sua versão do plano de cargos e salários. Ele salientou que os professores estaduais e municipais fizeram na quarta-feira uma paralisação de alerta, para mostrar que “a educação pública de qualidade passa pela valorização dos trabalhadores da educação”. O senador lamentou ainda que a reunião entre trabalhadores e governo realizada no último dia 26 de fevereiro não tenha avançado quanto às reivindicações econômicas da categoria e propôs que as partes novamente se reúnam para chegar a uma solução.

Uma “sentença judicial histórica, que honra a justiça do trabalho no Pará”, resumiu José Nery ao se referir à decisão do juiz de Parauapebas, Jônatas Andrade, de incluir as horas itinerantes na jornada de trabalho dos funcionários terceirizados da Vale. Essas horas itinerantes referem-se às horas gastas no percurso de 50 quilômetros entre o centro de Parauapebas até a mina de ferro de Carajás. A Vale foi condenada a pagar R\$ 200 milhões ao Fundo de Amparo ao Trabalhador e outros R\$ 100 milhões por danos morais coletivos.



Lúcia Vânia lembrou importância da celebração da Semana Santa

## Lúcia Vânia elogia 256 anos da Procissão do Fogaréu

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) exaltou, em discurso, a tradicional Procissão do Fogaréu, realizada na semana passada na antiga Vila Boa de Goiás, cidade histórica hoje conhecida apenas como Goiás.

De acordo com Lúcia Vânia, a procissão, uma tradição dos goianos que completou 265 anos, é a principal atração da Semana Santa na cidade de Goiás.

– A celebração da Semana Santa é muito importante não somente para os cristãos, mas para toda a Humanidade, já que serve para fortalecer o sentimento de esperança, de solidariedade e de libertação. Na sociedade atual, a Semana Santa vem perdendo o clima religioso popular, porém sobrevivem manifestações [como a Procissão do Fogaréu] de devoção centralizada na Paixão de Cristo – disse.

## Jefferson Praia defende mineração sustentável

“Não dá mais para pensar em mineração na Amazônia” sem o uso de alta tecnologia, alertou o senador Jefferson Praia (PDT-AM), que acha este o único caminho para conciliar exploração com a proteção do meio ambiente. Ele sugeriu ainda que os novos projetos de mineração na área prevejam industrialização, evitando a exploração e exportação de minérios brutos.

– Qualquer novo investimento na Amazônia agora terá de respeitar o meio ambiente. Além disso, novos projetos têm de incluir a população local, para a melhoria de sua qualidade de vida – disse.

Jefferson Praia afirmou, semana passada, no Congresso Brasileiro para a Retomada do Desenvolvimento dos Setores de Mineração e Metais, em São Paulo, que a indústria da mineração está preocupada e tem investido no desenvolvimento sustentável.



César Borges lembra que praga em 1989 agravou situação dos produtores

## César Borges pede solução para cacauicultores

O senador César Borges (PR-BA) lamentou que ainda não haja uma solução definitiva para a dívida dos cacauicultores baianos, que se arrasta por décadas e tem comprometido a produção e os empregos de uma região que abriga mais de 3 milhões de habitantes.

César Borges disse que a Medida Provisória (MP) 470/09 poderia ter resolvido o problema, pois algumas das emendas que recebeu no Senado equacionavam a dívida dos cacauicultores. Mas, por falta de acordo, a MP não foi votada e o seu prazo de vigência expirou.

O senador lembrou que, em 1989, a Bahia foi infestada pela praga vassoura-de-bruxa, dando início à crise na lavoura de cacau, com enorme perda de produtividade (85%). A partir daí, a situação financeira dos produtores, já comprometida pela queda do preço internacional do cacau, se agravou.

## Jayme Campos anuncia apoio a candidato tucano

O senador Jayme Campos (DEM-MT) anunciou que o Democratas vai apoiar, na disputa pelo governo de Mato Grosso, o prefeito de Cuiabá, Wilson Santos (PSDB), que renunciou ao mandato na semana passada.

Para ele, o ex-prefeito fez uma boa administração e teve “o destemor de mexer com velhas estruturas da gestão municipal cuiabana”, valorizando o funcionalismo e investindo em educação e saúde. Santos foi substituído na prefeitura por Francisco Galindo.

O senador informou que assumiu o governo de Mato Grosso o vice Silval Barbosa, no lugar de Blairo Maggi. Ele desejou sucesso aos novos governantes e pediu que o novo governador lute para repassar à população o avanço econômico do estado.

– Não existe estado rico onde o povo é pobre e morre nas filas por falta de atendimento médico – afirmou Jayme Campos.



Jayme Campos pediu que riqueza do estado chegue à população